



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
CAMPUS AVANÇADO DE PAU DOS FERROS – CAPF
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA – DEC

JOZEANY MAYRIS ARLINDO MIRANDA

AGRICULTURA FAMILIAR E AS ESTRATÉGIAS DE PLURIATIVIDADE EM
PILÕES-RN NO CONTEXTO RECENTE

PAU DOS FERROS-RN

2025

JOZEANY MAYRIS ARLINDO MIRANDA

**AGRICULTURA FAMILIAR E AS ESTRATÉGIAS DE PLURIATIVIDADE EM
PILÕES-RN NO CONTEXTO RECENTE**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do Curso de Ciências Econômicas, do Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Orientador: Prof. Me. Boanerges de Freitas Filho

PAU DOS FERROS-RN

2025

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

M672a Miranda, Jozeany Mayris Arlindo
AGRICULTURA FAMILIAR E AS ESTRATÉGIAS DE
PLURIATIVIDADE EM PILÕES-RN NO CONTEXTO
RECENTE. / Jozeany Mayris Arlindo Miranda. - Pau dos
Feros-RN, 2025.
60p.

Orientador(a): Prof. Me. Boanerges de Freitas Barreto
Filho.

Monografia (Graduação em Ciências Econômicas).
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Ciências Econômicas. I. Barreto Filho, Boanerges
de Freitas. II. Universidade do Estado do Rio Grande do
Norte. III. Título.

JOZEANY MAYRIS ARLINDO MIRANDA

**AGRICULTURA FAMILIAR E AS ESTRATÉGIAS DE PLURIATIVIDADE EM
PILÕES-RN NO CONTEXTO RECENTE**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do Curso de Ciências Econômicas, do Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Aprovada em: 03 / 12 / 2025 .

Banca Examinadora

Prof. *Me.* Boanerges de Freitas Barreto Filho
Professor Orientador

Prof. *Dr.* Ronie Cleber de Souza
Membro da banca

Prof. *Ma.* Tanara Jéssica Marques Araujo
Membro da banca

**PAU DOS FERROS-RN
2025**

Dedico esse este trabalho à minha mãe, ao meu pai, meus irmãos, pelo amor, incentivo e apoio incondicional em todos os momentos da minha vida, e ao meu orientador, pela paciência, ensinamentos e orientação que foram fundamentais para a realização deste trabalho. E, sobretudo, a Deus, pela força, sabedoria e bênçãos concedidas ao longo desta caminhada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me oferecer força, sabedoria e coragem para superar cada obstáculo nesta caminhada acadêmica.

A minha família, especialmente aos meus pais, pelo amor, motivação e suporte incondicional em todos os momentos. Sem eles, nada disso teria sido viável.

Ao meu orientador, Prof. Me. Boanerges de Freitas Barreto Filho, pela atenta orientação, paciência e comprometimento, que foram essenciais para a realização e melhoria deste trabalho.

Aos agricultores familiares de Pilões-RN, que gentilmente participaram da pesquisa, dividindo suas vivências e tornando possível a realização deste estudo.

A todos que, de forma direta ou indireta, ajudaram na conclusão deste trabalho, meu mais sincero reconhecimento.

EPÍGRAFE

*“A pluriatividade é uma estratégia fundamental
para a reprodução social das famílias rurais.”*

Schneider (2003)

RESUMO

A agricultura familiar desempenha papel central na estrutura econômica e social do Semiárido nordestino, onde a irregularidade climática, as limitações produtivas e a baixa infraestrutura reforçam a necessidade de estratégias de adaptação. Nesse contexto, a pluriatividade se mostra uma alternativa importante para a diversificação da renda e a manutenção das famílias no campo. Este estudo tem como objetivo analisar as estratégias de pluriatividade adotadas pelos agricultores familiares de Pilões-RN e avaliar sua contribuição para a segurança socioeconômica das famílias rurais. A pesquisa apresenta abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, fundamentada em entrevistas semiestruturadas realizadas com 32 agricultores familiares do município. Os resultados indicam que apenas 25% dos entrevistados desenvolvem atividades não agrícolas, como comércio informal, serviços domésticos ou trabalho em órgãos públicos, e que essas atividades representam complemento relevante da renda familiar. Constatou-se também que 46,9% das famílias recebem Bolsa Família, 37,5% possuem aposentadoria e 100% utilizam predominantemente mão de obra familiar em seus estabelecimentos. Em relação às políticas públicas, o PRONAF foi o programa mais acessado, seguido pelo PAA e pelo PNAE, embora a maioria dos entrevistados considere que tais iniciativas são apenas parcialmente suficientes. Conclui-se que, no contexto de Pilões-RN, a pluriatividade contribui para a reprodução social das famílias, mas ainda não se configura como uma estratégia amplamente consolidada, dada sua baixa incidência entre os entrevistados. Apesar disso, as atividades complementares exercem impacto significativo sobre a renda e a estabilidade econômica das famílias que as adotam. Os achados evidenciam a necessidade de ações que fortaleçam tanto a agricultura familiar quanto as possibilidades de diversificação produtiva no Semiárido potiguar.

Palavras-chave: agricultura familiar; pluriatividade; semiárido; desenvolvimento rural; Pilões-RN.

ABSTRACT

Family farming plays a central role in the economic and social structure of the Northeastern Semi-arid region, where climatic irregularities, production constraints, and limited infrastructure reinforce the need for adaptation strategies. In this context, pluriactivity emerges as an important alternative for income diversification and for maintaining rural families in their territories. This study aims to analyze the pluriactivity strategies adopted by family farmers in Pilões-RN and to assess their contribution to the socioeconomic security of rural households. The research employs a qualitative approach, with a descriptive and exploratory nature, based on semi-structured interviews conducted with 32 family farmers in the municipality. The results show that only 25% of the interviewees engage in non-agricultural activities, such as informal commerce, domestic services, or employment in public institutions, and that these activities represent a relevant complement to household income. It was also found that 46.9% of the families receive Bolsa Família benefits, 37.5% rely on retirement income, and 100% predominantly use family labor in their establishments. Regarding public policies, PRONAF was the most accessed program, followed by PAA and PNAE, although most participants consider these initiatives only partially sufficient. In the context of Pilões-RN, the study concludes that pluriactivity contributes to the social reproduction of rural families, although it is not yet a widely consolidated strategy due to its low incidence among respondents. Nevertheless, complementary activities have a significant impact on the income and economic stability of the families that adopt them. The findings highlight the need for actions that strengthen both family farming and the possibilities for productive diversification in the Semi-arid region of Rio Grande do Norte.

Keywords: family farming; pluriactivity; semi-arid region; rural development; Pilões-RN.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Características dos entrevistados.....	33
Quadro 2 – Frequência de comercialização agrícola em Pilões-RN (2025).....	34
Quadro 3 – Pluriatividade Pilões-RN.....	35
Quadro 4 – Condições Socioeconômicas Pilões-RN	37
Quadro 5 – Acesso à política pública Pilões-RN (2025).....	38
Quadro 6 – Percepção dos agricultores sobre a suficiência das políticas públicas Pilões-RN (2025).....	39
Quadro 7 – Expectativas e permanência no campo Pilões-RN (2025).....	40
Quadro 8 – Interesse dos filhos e netos continuar na agricultura Pilões-RN (2025) .	40
Quadro 9 – Participação dos agricultores familiares em associação rural ou cooperativa Pilões-RN (2025)	41
Quadro 10 – Tempo de participação em associação rurais Pilões (2025)	42
Quadro 11 – Benefício sociais recebidos pelos agricultores Pilões (2025)	42
Quadro 12 – Tempo de recebimento dos benefícios sociais Pilões-RN (2025)	43
Quadro 13 – Tamanho da estrutura fundiária dos estabelecimentos rurais (Pilões- RN, 2025).....	44
Quadro 14 – Forma de acesso à terra (Pilões-RN, 2025).....	44
Quadro 15 – Principal atividade agropecuária desenvolvida (Pilões-RN, 2025)	45
Quadro 16 – Equipamentos utilizados nas atividades agropecuárias desenvolvidas (Pilões-RN, 2025).....	46

LISTA DE SIGLAS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos.

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar.

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

PNAF - Política Nacional de Agricultura Familiar.

PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

AOP - Alto Oeste Potiguar.

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

RN - Rio Grande do Norte.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A AGRICULTURA FAMILIAR: FUNDAMENTOS, RELEVANCIA DESAFIOS	14
2.1 A agricultura familiar no debate brasileira	14
2.2 A agricultura familiar brasileira no contexto recente	15
2.3 A agricultura familiar Potiguar no contexto recente	18
3 PLURIATIVIDADE: MÉTODO DE SOBREVIVENCIA E SUAS LIMITAÇÕES	21
3.1 Modalidade da Pluriatividade	22
3.2 Aspectos Benéficos da Pluriatividade	23
3.3 Perigo e Limitações da Pluriatividade	24
3.4 O papel das políticas Públicas na Pluriatividade	25
3.5 A diversificação de atividade no Semiárido	26
4 DEFINIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E MÉTODO UTILIZADOS	29
4.1 Procedimentos metodológicos da pesquisa	29
4.1.1 Local de Investigação	29
4.1.2. Forma de abordagem, fins e meios	30
4.1.3 Universo e Amostra	30
4.1.4 Delimitação Temporal	31
4.1.5 Procedimento de coleta e análise de dados	31
4.2 Resultados da pesquisa	32
4.2.1 Informações gerais	32
4.2.2 Atividades agrícolas	34
4.2.3 Pluriatividade	35
4.2.4 Condições Socioeconômicas	36
4.2.5 Acesso a política pública	37
4.2.6. Expectativa e permanência no campo	39
4.2.7 Outras Informações	41
4.2.8 Estrutura produtiva do estabelecimento	43
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	49
APÊNDICE I	53
APÊNDICE II	59

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é um dos pilares da economia rural brasileira, desempenhando papel central na produção de alimentos, na geração de empregos e na manutenção das comunidades do campo. Dados do Censo Agropecuário de 2017 apontam que esse modelo de agricultura é responsável por cerca de 70% dos alimentos consumidos no país e corresponde a 77% das propriedades rurais, empregando mais de 10 milhões de trabalhadores (IBGE, 2019). Sua relevância ultrapassa o aspecto econômico, abrangendo também a dimensão social e cultural, por sustentar modos de vida tradicionais e garantir a segurança alimentar (Guanziroli *et al.*, 2013).

Apesar de sua importância, a agricultura familiar enfrenta inúmeros obstáculos que ameaçam sua sustentabilidade, como o acesso limitado a crédito, a baixa infraestrutura e a escassez de políticas públicas eficazes (Schneider, 2003). De acordo com o autor, a pluriatividade (combinação de atividades agrícolas e não agrícolas na propriedade familiar) é uma estratégia crucial para a reprodução social da agricultura familiar, especialmente em cenários de vulnerabilidade econômica e instabilidade de mercado. A afirmação ressalta a importância da diversificação de fontes de renda para a resiliência e a manutenção das famílias no meio rural. No Nordeste, esses desafios são intensificados pelas secas recorrentes e pelas limitações tecnológicas e estruturais (Aquino; Alves; Vidal, 2020; Lemos; Santiago, 2020).

Nesse contexto, a pluriatividade surge como uma estratégia de sobrevivência e adaptação. Schneider (2001) a define como a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas no âmbito familiar, que possibilita a diversificação das fontes de renda e a redução da dependência exclusiva da agricultura. Conforme o autor, “a pluriatividade deve ser compreendida não apenas como uma forma de complementar a renda, mas como uma estratégia de reprodução familiar no meio rural” (Schneider, 2001, p. 164). Essa prática inclui atividades como o comércio informal, o artesanato e o trabalho assalariado temporário.

No Semiárido nordestino, região marcada por baixa mecanização e irregularidade climática, a pluriatividade assume um papel ainda mais relevante.

Bacelar e Favareto (2020, p. 15) destacam que “a combinação entre atividades agrícolas e não agrícolas constitui uma estratégia importante para que os agricultores familiares permaneçam no campo e enfrentem as limitações impostas por políticas públicas pouco eficazes”. Assim, compreender as formas de pluriatividade praticadas pelos agricultores de Pilões-RN é essencial para o entendimento de suas condições de sobrevivência e para a formulação de políticas públicas adequadas às realidades locais.

O presente trabalho busca responder à seguinte questão: quais são as principais estratégias de pluriatividade utilizadas pelos agricultores familiares de Pilões-RN e de que forma elas influenciam sua segurança socioeconômica? O objetivo geral é analisar as modalidades de pluriatividade praticadas pelos agricultores familiares do município no contexto recente (2017–2025) e seus impactos sobre a reprodução social das famílias. Os objetivos específicos incluem: identificar os tipos de atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas; examinar os fatores que levam à diversificação das ocupações; e discutir os desafios e as potencialidades da pluriatividade na região.

A relevância deste estudo se sustenta em duas dimensões: acadêmica e social. Do ponto de vista científico, busca contribuir com o debate sobre agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural em áreas semiáridas. Socialmente, pretende oferecer subsídios que auxiliem na formulação de políticas públicas voltadas à valorização da agricultura familiar e à permanência das famílias no campo. Além disso, o vínculo da pesquisadora com o território estudado proporciona um olhar mais sensível e aprofundado sobre a realidade local.

Assim, esta monografia está estruturada em cinco capítulos. No primeiro capítulo, apresenta-se a introdução, que discute o tema, a justificativa, os objetivos e o problema de pesquisa. O segundo capítulo aborda os fundamentos, a relevância e os desafios da agricultura familiar no contexto nacional e regional. O terceiro capítulo analisa o conceito de pluriatividade, suas modalidades, benefícios, limitações e o papel das políticas públicas nesse processo. O quarto capítulo descreve a área de estudo e os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Por fim, o quinto capítulo apresenta e discute os resultados obtidos com base nas entrevistas realizadas com agricultores familiares de Pilões-RN, seguidos das considerações finais.

2 AGRICULTURA FAMILIAR: FUNDAMENTOS, RELEVÂNCIA E DESAFIOS

2.1 A agricultura familiar no debate brasileiro

A agricultura familiar representa uma das bases da estrutura agrícola e produtiva do Brasil. Esse modelo se distingue do agronegócio, pois é um sistema de organização social e econômica onde a maioria das atividades é realizada pelos integrantes da mesma família. Schneider (2009) a caracteriza como um sistema onde produção, gestão e propriedade são profundamente conectadas, colocando a família como elemento central da reprodução social e econômica. Essa visão está alinhada com a de Abramovay (1998), que defende que a agricultura familiar deve ser encarada não apenas como uma entidade econômica, mas como um estilo de vida sustentado por laços familiares, solidariedade e vínculo com a terra. De acordo com o autor, “Os agricultores familiares, antes de qualquer coisa, são indivíduos que possuem laços de parentesco ou matrimônio entre si, e é em função desses vínculos que se organiza a produção” (Abramovay, 1998, p. 146).

A Lei nº 11.326/2006 proporcionou uma definição legal precisa para a agricultura familiar, estabelecendo diretrizes para a Política Nacional da Agricultura Familiar. A legislação define como agricultor familiar aquele que utiliza predominantemente a força de trabalho dos membros de sua própria família, respeitando limites de área e cuja principal fonte de rendimento advém de atividades agropecuárias (Brasil, 2006). Essa definição evidenciou a relevância da família na produção agrícola e a necessidade de políticas públicas específicas.

O papel da agricultura familiar na economia e sociedade é amplamente aceito. Este setor é responsável por uma parte significativa da produção de alimentos básicos, como feijão, milho e leite, sendo essencial para a segurança alimentar do país (Guanziroli; Di Sabbato; Vidal, 2014). Segundo o Censo Agropecuário de 2017, a agricultura familiar compõe 77% dos estabelecimentos rurais no Brasil, gera milhões de empregos e impulsiona a economia de várias regiões (IBGE, 2019).

No Nordeste, sua importância é ainda mais notável, pois Aquino, Alves e Vidal (2020, p. 31) ressaltam que:

“A agricultura familiar representa a maioria dos estabelecimentos rurais nordestinos [1.838.846 de um total de 2.322.719], gera emprego para mais de 4,7 milhões de indivíduos [73,8% do total regional], constitui uma parte significativa da oferta local de alimentos e impacta diretamente a economia dos municípios, movimentando mais de R\$ 32 bilhões em 2017”.

Esses dados evidenciam que a agricultura familiar não apenas assegura o abastecimento de alimentos, mas também sustenta a dinâmica social e econômica das áreas rurais nordestinas.

Apesar de sua relevância, o setor enfrenta desafios que são históricos e estruturais. Essa condição limita a capacidade produtiva e agrava a vulnerabilidade das famílias. Ao analisar a agricultura familiar na região do Semiárido, Lemos e Santiago (2020) assinalam que a variabilidade climática, a falta de água e a limitada mecanização aumentam os riscos de inviabilidade econômica, exigindo a implementação de estratégias de adaptação. Outro desafio significativo é o acesso restrito à terra. Aquino, Alves e Vidal (2020, p. 39) comentam que: “Essa condição estrutural de limitação no acesso à terra o principal recurso de produção compromete a capacidade de expansão do setor agropecuário, restringindo tanto a produtividade quanto a renda das famílias”.

Esse panorama é piorado pela concentração de propriedade da terra e pela ausência de políticas públicas eficazes e permanentes. Entretanto, a agricultura familiar demonstra uma impressionante resistência. Schneider (2009) nota que, a agricultura familiar possui uma notável capacidade de adaptação e resiliência. Em face de adversidades como a instabilidade dos mercados, as mudanças climáticas e a concorrência, os agricultores familiares desenvolvem estratégias que garantem sua sobrevivência e reprodução social. Essas questões enfatizam que a agricultura familiar deve ser examinada não apenas com base nas suas raízes históricas e nos conceitos, mas também em sua situação contemporânea no Brasil e no Rio Grande do Norte, aspectos que serão explorados nas seções seguintes.

2.2 A agricultura familiar brasileira no contexto recente

Atualmente, a agricultura familiar no Brasil passa por grandes mudanças, influenciadas tanto por alterações nas políticas governamentais quanto por fatores circunstanciais como a pandemia da COVID-19. Após o ano de 2016, nota-se um

declínio significativo nas políticas direcionadas à agricultura familiar, principalmente durante os mandatos de Michel Temer (2016–2018) e Jair Bolsonaro (2019–2022).

De acordo com Grisa (2018, p. 38), “[...] as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar foram impactadas negativamente por cortes no orçamento e uma perda de institucionalidade, o que enfraqueceu os programas essenciais do setor”. Essa situação teve um impacto direto em programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que viram sua abrangência diminuída e sua função de garantir a inclusão produtiva afetada.

O artigo 'Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF' (Schneider *et al.*, 2020) analisa a trajetória do PRONAF, identificando que, após um período de crescimento inicial, o programa enfrentou dificuldades que prejudicaram sua eficácia. As principais causas mencionadas pelos autores para essa perda de efetividade incluem a redução de recursos financeiros, mudanças institucionais e a fragilização da institucionalidade do programa, que tornaram o acesso ao crédito mais difícil para agricultores familiares. Essa limitação aumentou a fragilidade dos pequenos produtores, especialmente nas áreas mais vulneráveis, como o semiárido do Nordeste.

A pandemia da COVID-19 também impôs novos obstáculos, afetando severamente os mercados locais de venda direta, como as feiras livres. De acordo com Gazolla e Aquino (2021, p. 429), o fechamento temporário das feiras e a diminuição do fluxo de pessoas comprometeram consideravelmente a comercialização da produção da agricultura familiar.” Os autores destacam, contudo, que houve um movimento criativo, com o uso de plataformas digitais e redes sociais para conectar produtores e consumidores, embora essa solução tenha alcançado de maneira desigual os agricultores, devido à falta de infraestrutura no campo.

Apesar das adversidades, a agricultura familiar continuou sendo fundamental para o abastecimento de alimentos. O Censo Agropecuário de 2017 indicou que esse setor representa 77% das propriedades rurais brasileiras e contribui significativamente para a produção de diversos alimentos básicos. Segundo o IBGE (2019), a agricultura familiar é responsável por aproximadamente

87% da produção de mandioca, 69% do feijão e 34% do arroz, reafirmando sua importância para a segurança alimentar nacional.

A agricultura familiar permanece como um dos pilares centrais da produção de alimentos no Brasil e da manutenção socioeconômica das famílias rurais, especialmente no Nordeste. Embora o Censo Agropecuário de 2017 ainda seja a principal base estatística nacional, pesquisas e análises publicadas entre 2023 e 2025 apontam para mudanças importantes no cenário recente, especialmente no período pós-pandemia.

Segundo Estevam (2023), a agricultura familiar brasileira enfrentou, nos últimos anos, desafios relacionados ao aumento do custo dos insumos agrícolas, à instabilidade dos mercados e à redução da capacidade de investimento dos produtores. Esses fatores têm pressionado a renda das famílias, exigindo maior diversificação produtiva e intensificação do uso de estratégias complementares, como a pluriatividade.

O novo ciclo de políticas públicas também tem influenciado o setor. O Plano Safra 2023/2024 e o Plano Safra 2024/2025, por exemplo, ampliaram recursos para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e intensificaram ações voltadas à sustentabilidade, agroindustrialização familiar e acesso a mercados institucionais. Contudo, Silva (2022) e Barreto Filho (2022) destacam que, apesar dos avanços, persistem desigualdades regionais no acesso ao crédito, além de limitações de assistência técnica e dificuldades na comercialização.

Outro elemento importante do contexto atual é o impacto das mudanças climáticas, que têm aumentado a frequência de eventos extremos e a irregularidade das chuvas, afetando principalmente os agricultores de sequeiro. Pesquisas como Azevedo (2023) e Nascimento (2025) ressaltam que a instabilidade climática tem exigido respostas adaptativas das famílias, incluindo a adoção de práticas agroecológicas, sistemas de produção diversificados e busca por ocupações complementares.

Amarante *et al.* (2018) afirmam: A sustentabilidade da agricultura familiar pode ser garantida por meio de novas configurações produtivas, estratégias de cooperação e diversificação de atividades que consigam fortalecer a autonomia dos agricultores. Assim, o panorama recente da agricultura familiar no Brasil reflete um

quadro de contradições. Por um lado, evidencia vulnerabilidades devido à diminuição das políticas públicas e à crise sanitária; por outro, demonstra resistência através da reinvenção de métodos e do fortalecimento de novas abordagens de inserção no mercado (Gazolla; Aquino, 2021; Amarante *et al.*, 2018).

Por fim, a literatura mais recente mostra que a agricultura familiar continua sendo o principal sustentáculo das economias locais e das redes de abastecimento alimentar. Entretanto, sua sustentabilidade depende de políticas públicas contínuas, acesso a crédito, fortalecimento das organizações rurais e maior integração a mercados formais. O contexto brasileiro de 2023–2025 revela, portanto, uma agricultura familiar que permanece central, mas pressionada por desafios econômicos, climáticos e estruturais que demandam adaptações constantes.

2.3 A agricultura familiar Potiguar no contexto recente

No estado do Rio Grande do Norte, a agricultura familiar desempenha um papel crucial na economia e na vida social das populações rurais. Segundo o Censo Agropecuário de 2017, a agricultura familiar representa 76,8% dos estabelecimentos rurais do Brasil, totalizando cerca de 3,9 milhões de unidades. Apesar de serem maioria, esses estabelecimentos ocupam apenas 23% da área agropecuária do país, evidenciando a forte concentração fundiária: poucas grandes propriedades detêm a maior parte das terras, enquanto milhões de estabelecimentos familiares se distribuem em áreas reduzidas. Apesar de sua significância numérica, esses estabelecimentos ocupam menos de cinquenta por cento da área total, evidenciando uma acentuada concentração de terras.

A agricultura familiar no Rio Grande do Norte apresenta grande diversidade regional, influenciada por condições climáticas, disponibilidade hídrica e características socioeconômicas distintas entre o Agreste, o Seridó, o Litoral e o Alto Oeste Potiguar. No contexto recente, estudos evidenciam que a dinâmica produtiva do estado tem sido marcada pela irregularidade das chuvas e pela limitação das políticas de apoio ao pequeno produtor, fatores que afetam especialmente as regiões semiáridas.

Um aspecto relevante da realidade no estado é a predominância das culturas de subsistência, como milho, feijão juntamente com a criação de pequenos animais. Esta produção é, em sua maioria, destinada ao consumo próprio, caracterizando-se por um baixo nível de mecanização e uma grande dependência das condições climáticas.

O Seridó Potiguar, região tradicionalmente estudada, apresenta forte presença da pecuária de pequeno porte, atividades de sequeiro e crescente adoção de estratégias de pluriatividade (Estevam, 2023). No entanto, o Alto Oeste Potiguar região onde se insere o município de Pilões-RN apresenta especificidades que precisam ser consideradas. Segundo Barreto Filho (2022), a estrutura produtiva do Alto Oeste é composta majoritariamente por pequenos estabelecimentos rurais, com baixa mecanização, dependência de mão de obra familiar e forte influência das condições climáticas na produção agrícola.

Pesquisas realizadas no território, como o estudo dos autores De Souza, Souza e Carneiro (2013) sobre o perímetro irrigado de Pau dos Ferros, mostram que as famílias recorrem com frequência à pluriatividade e ao trabalho fora da propriedade como estratégia de reprodução social. Já Estevam (2023) analisa a pluriatividade no Alto Oeste e demonstra que atividades como comércio informal, serviços e empregos públicos municipais têm se tornado cada vez mais relevantes na composição da renda familiar.

Outro ponto importante é a presença das mulheres nesse contexto. Essa constatação evidencia que, mesmo desempenhando papéis fundamentais na gestão das propriedades e na geração de renda familiar, muitas mulheres ainda têm sua participação invisibilizada. Além disso, a sobrecarga de trabalho doméstico e a falta de reconhecimento institucional limitam sua autonomia econômica e social. No entanto, observa-se um crescente protagonismo feminino em iniciativas coletivas, como associações e cooperativas, que têm se mostrado espaços importantes de empoderamento e fortalecimento da agricultura familiar no semiárido potiguar reforça a necessidade de um maior reconhecimento e de políticas que promovam a inclusão.

Nos assentamentos oriundos da reforma agrária, a agricultura familiar também é significativa. Por fim, a diminuição das políticas públicas recentemente acentuou a vulnerabilidade do setor. O enfraquecimento de programas cruciais

como o PRONAF e o PAA impactou diretamente a capacidade de suporte à produção familiar, o que, por sua vez, levou muitas famílias rurais a uma situação de informalidade e dependência de múltiplas fontes de renda (Aquino *et al.*, 2020).

Além disso, políticas públicas como o PRONAF, o PNAE e o PAA têm apresentado impactos distintos entre os municípios da região. Dados recentes mostram que, embora esses programas estejam presentes, sua abrangência ainda é limitada, tanto pelo baixo acesso ao crédito quanto pelas dificuldades burocráticas enfrentadas pelos agricultores familiares.

Dessa forma, o quadro atual da agricultura familiar potiguar revela uma realidade marcada pela dependência da pluriatividade, pela vulnerabilidade socioeconômica e pela necessidade de fortalecimento das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável, especialmente no Alto Oeste Potiguar. Simultaneamente, evidencia potencialidades relacionadas a diversificação produtiva, ao protagonismo das mulheres e a busca por novas formas de integração aos mercados.

Em resumo, a agricultura familiar no Rio Grande do Norte é caracterizada por sua grande importância social e econômica, mas também enfrenta desafios estruturais contínuos, como a concentração de terras, desigualdade de gênero e uma diminuição das políticas de suporte. Simultaneamente, revela potencialidades relacionadas à diversificação da produção, ao papel das mulheres e à busca por novas formas de integração aos mercados.

3 PLURIATIVIDADE: MÉTODO DE SOBREVIVÊNCIA E SUAS LIMITAÇÕES

A pluriatividade tem se mostrado um fenômeno cada vez mais significativo nas propriedades agrícolas do Brasil, especialmente no contexto da agricultura familiar. De modo geral, essa ideia refere-se à junção de atividades agrícolas e não agrícolas que os membros da família realizam, visando garantir a reprodução social e a subsistência na zona rural.

Schneider (2001), um dos primeiros a abordar esse assunto no Brasil, caracteriza a pluriatividade como a diversificação de funções dentro de uma mesma unidade familiar, onde os indivíduos buscam diversas maneiras de inserção econômica para complementar ou substituir a renda proveniente da agricultura. Nas palavras do autor, “[...] a pluriatividade não deve ser vista somente como uma estratégia de sobrevivência, mas como uma tática de manutenção social que permite ao agricultor familiar permanecer em sua terra mesmo em situações adversas” (Schneider, 2001, p. 170).

Essa perspectiva está alinhada com o entendimento de Carneiro (2006), que vê a pluriatividade como um fenômeno estrutural, relacionado tanto às mudanças no mercado de trabalho quanto à incapacidade da agricultura de garantir, isoladamente, a continuidade econômica das famílias. Pelo autor “[a] diversificação de atividades não deve ser encarada apenas como um reflexo de circunstâncias momentâneas, mas sim como um elemento essencial da dinâmica da agricultura familiar atual” (Carneiro, 2006, p. 89).

A importância da pluriatividade se intensifica em cenários de vulnerabilidade climática, econômica e social, como os encontrados no Semiárido nordestino. A variação das chuvas, a falta de recursos naturais e o baixo nível de mecanização dificultam a viabilidade da agricultura de subsistência. Nesse sentido, Bacelar e Favareto (2020, p. 18). Afirmam que “[...] a valorização da agricultura familiar e a pluriatividade são fundamentais para a construção de um novo modelo de desenvolvimento regional no Nordeste”.

Portanto, compreender a pluriatividade requer uma análise abrangente de suas formas, potencialidades, riscos e limitações, assim como a maneira de interação com as políticas públicas e com realidades específicas, como a do município de Pilões-RN. Este capítulo é organizado em cinco partes: a primeira

apresenta as principais formas de pluriatividade; a segunda discute seus benefícios; a terceira examina seus riscos e limitações; a quarta aborda a função das políticas públicas; e, por último, a quinta investiga o fenômeno no Semiárido nordestino e em Pilões-RN.

3.1 Modalidades da Pluriatividade

A pluriatividade na agricultura familiar, conforme abordado por Schneider (2009), caracteriza-se pela combinação de atividades agrícolas com outras não agrícolas, tanto dentro quanto fora da propriedade rural. Essa estratégia permite que as unidades familiares rurais diversifiquem suas fontes de renda, adaptando-se às condições locais e às transformações do mercado de trabalho. Schneider destaca que a pluriatividade não se limita a uma simples soma de atividades, mas reflete uma dinâmica complexa que envolve decisões estratégicas das famílias para garantir sua reprodução social e econômica no contexto rural contemporâneo.

Carneiro (2006, p. 92) ressalta que a pluriatividade não deve ser vista como uma medida provisória para superar dificuldades, mas sim como uma estratégia sólida e fundamental para a manutenção das famílias rurais. A pluriatividade envolve a combinação de atividades agrícolas com outras não agrícolas, realizadas dentro ou fora da propriedade, como trabalho assalariado, artesanato, turismo rural e prestação de serviços.

No Brasil, observa-se que a pluriatividade se manifesta em diferentes atividades que complementam a renda familiar e contribuem para a reprodução social das unidades rurais. Entre os exemplos mais comuns estão a produção de queijos, doces e cachaças artesanais, a comercialização de produtos variados, o artesanato, bem como a participação em empregos temporários em áreas urbanas, incluindo construção civil e serviços (Nascimento *et al.*, 2021; Schneider, 2003; Werlang; Mendes, 2016). Essas práticas evidenciam a capacidade de adaptação das famílias frente às limitações da agricultura de subsistência e às condições do mercado de trabalho, reforçando o caráter estratégico da pluriatividade na manutenção econômica e social dos grupos familiares rurais. No Nordeste, essa estratégia está frequentemente associada ao comércio informal e ao trabalho assalariado de baixa remuneração, refletindo a realidade socioeconômica regional

e os desafios enfrentados pelas famílias rurais para garantir sua subsistência. Nordeste, a pluriatividade está profundamente ligada ao comércio não formal e ao trabalho assalariado que oferece baixos salários.

Pádua (2023, p. 87) “[d]iante das dificuldades para inserção produtiva e da regressão das políticas voltadas à agricultura familiar, os agricultores buscam se adaptar às suas realidades locais, o que fortalece a prática da pluriatividade”. Além disso, novas formas de pluriatividade têm surgido em algumas áreas, como o turismo rural e comunitário (Pádua, 2023, p. 87). Portanto, a pluriatividade se manifesta de maneira variada, refletindo tanto as limitações do ambiente rural quanto as oportunidades apresentadas pelos mercados locais e regionais. Essa variedade de modalidades é fundamental para entender seus potenciais benefícios, que serão abordados na próxima seção.

3.2 Aspectos Benéficos da Pluriatividade

Conforme Schneider (2009, p. 65), a pluriatividade permite aos agricultores familiares diversificar suas atividades, reduzindo a dependência de fatores externos, como oscilações nos preços agrícolas e mudanças climáticas, contribuindo para a manutenção de sua reprodução social e econômica. A pluriatividade tem se consolidado como uma estratégia essencial para a sustentabilidade econômica e social das famílias rurais brasileiras. Nascimento, Aquino e Delgrossi (2021) ressaltam que essa prática vem se estabelecendo como uma tendência crescente no Brasil, relacionada à busca por maior estabilidade no ambiente rural. Ao diversificar suas atividades, as famílias rurais conseguem reduzir a dependência de fatores externos, como oscilações de preços e condições climáticas adversas, ao mesmo tempo em que ampliam suas possibilidades de inserção econômica. Entretanto, os autores destacam que essa diversificação também pode gerar desafios no reconhecimento oficial como agricultores familiares, uma vez que o envolvimento em atividades não agrícolas significativas pode impactar a classificação normativa das unidades produtivas.

Nascimento, Aquino e Delgrossi (2021, p. 12) afirmam que “A pluriatividade aparece como uma solução para a baixa rentabilidade da agricultura familiar,

apresentando um paradoxo: enquanto pode fortalecer a reprodução social, também pode acentuar a dependência de trabalhos incertos”.

Outro ponto significativo é a inclusão social de diversos membros da família. Historicamente, mulheres e jovens enfrentam obstáculos para sua participação nas atividades agrícolas, mas a diversificação de tarefas. Ademais, a pluriatividade pode melhorar a qualidade de vida no campo ao oferecer acesso a novas experiências e recursos, além de promover a conexão com dinâmicas urbanas e regionais. Carneiro (2006) enfatiza que essas estratégias fortalecem os laços comunitários e sociais, ao mesmo tempo em que apresentam alternativas para lidar com as crises recorrentes na agricultura.

Em resumo, os aspectos benéficos da pluriatividade estão relacionados à diversificação de renda, à diminuição da vulnerabilidade, à inclusão de novos grupos sociais no processo produtivo e à ampliação das possibilidades de reprodução social. No entanto, a literatura também adverte que nem todas as experiências de pluriatividade acontecem em condições favoráveis, o que requer uma análise crítica sobre seus riscos e limitações assunto que será abordado na próxima seção.

3.3 Perigos e limitações da pluriatividade

A pluriatividade, embora seja uma estratégia utilizada por famílias rurais para diversificar suas fontes de renda, apresenta limitações importantes. Muitas vezes, as atividades não agrícolas que complementam a renda familiar oferecem remuneração baixa, instabilidade e ausência de proteção social, o que pode aumentar a vulnerabilidade das famílias no campo. Werlang e Mendes (2016, p. 77) definem que “a pluriatividade pode ser definida como a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas no interior da propriedade rural”, destacando a diversidade de ocupações envolvidas. Entretanto, essa diversificação nem sempre se traduz em segurança econômica ou melhor qualidade de vida. Em alguns casos, a necessidade de conciliar múltiplas atividades podem gerar jornadas extensas, cansaço físico e dificuldades para manter a produção agrícola de forma sustentável.

Essa natureza contraditória é especialmente evidente em áreas com fragilidade estrutural acentuada, como o Semiárido no Nordeste. Nesses cenários,

as atividades pluriativas frequentemente ocorrem de maneira informal, resultando em rendimentos baixos e condições de trabalho ruins. Além disso, sem políticas públicas de apoio e acesso à assistência técnica, a pluriatividade tende a se tornar uma estratégia de sobrevivência mais do que uma oportunidade de desenvolvimento. Assim, embora seja importante para reduzir riscos imediatos de escassez, ela pode não garantir melhorias duradouras na qualidade de vida rural (Estevam, 2023; Aquino *et al.*, 2020).

Outro perigo envolve o afastamento gradual da agricultura como a principal atividade da unidade produtiva. Pádua (2023) destaca que, quando as atividades não agrícolas se tornam a principal fonte de renda, há uma tendência de desprezo pela produção agrícola. Para o autor “A crescente dependência de trabalhos urbanos temporários contribui para enfraquecer a base produtiva da agricultura familiar” (Pádua, 2023, p. 90).

Ademais, as limitações da pluriatividade estão ligadas à falta de políticas públicas eficazes. Sem apoio em termos de crédito, assistência técnica e mercados institucionais, a diversificação de atividades tende a ocorrer em situações precárias. Werlang e Mendes (2017) reforçam que a pluriatividade, sem políticas estruturais de apoio, pode intensificar a exclusão social ao invés de favorecer a inclusão.

Em resumo, a pluriatividade envolve riscos e limites que evidenciam sua dualidade: ao mesmo tempo que possibilita a sobrevivência das famílias, também pode submetê-las a condições de trabalho precárias e contribuir para o debilitamento da agricultura. Por essa razão, é fundamental analisar como a pluriatividade se relaciona com políticas públicas, o que será abordado na próxima seção.

3.4 O papel das políticas públicas na pluriatividade

A pluriatividade não deve ser compreendida apenas como um resultado das escolhas feitas pelas famílias que trabalham na agricultura, mas também como um reflexo da presença ou da ausência de políticas públicas capazes de moldar as condições de produção e de inserção no mercado. Programas como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)

desempenharam papel fundamental, especialmente em seus primeiros anos de implementação, ao oferecer alternativas de geração de renda e promover a diversificação produtiva no meio rural.

Aquino *et al.* (2020) evidenciam que o acesso a mercados institucionais constitui um elemento essencial para que a pluriatividade se manifeste de forma mais estável, uma vez que garante a comercialização dos produtos e incentiva os agricultores familiares a permanecerem em suas atividades no campo. Silva (2022) de fato, trabalha com essa ideia, destacando que a pluriatividade só tem impacto positivo sobre o desenvolvimento rural quando apoiada por políticas públicas estruturantes, como crédito, assistência técnica e agroindustrialização.

Nesse contexto, iniciativas como o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e a Política Nacional da Agricultura Familiar (PNAF) desempenharam papéis fundamentais na ampliação da capacidade produtiva das famílias rurais e na criação de condições para a diversificação de suas atividades. No entanto, a desarticulação ou redução dessas políticas nos anos mais recentes comprometeu seus potenciais efeitos estruturantes, exigindo que as famílias busquem estratégias alternativas para manter sua produção e subsistência no campo.

Assim, a literatura indica que a pluriatividade se solidifica como uma estratégia sustentável apenas quando ligada a políticas públicas robustas e de longo prazo. Sem esse respaldo, ela tende a perpetuar a precariedade e a vulnerabilidade. Portanto, entender a pluriatividade envolve também investigar suas implicações em contextos específicos, especialmente no Semiárido nordestino e em cidades como Pilões-RN, onde as condições climáticas e estruturais acentuam as dificuldades enfrentadas pelas famílias agricultoras. Esta discussão será explorada a seguir.

3.5 A diversificação de atividades no Semiárido

No Semiárido do Nordeste, a diversificação de atividades é uma estratégia fundamental para a sobrevivência das famílias agricultoras, dada a irregularidade das precipitações, a escassez de água e as limitações tecnológicas que caracterizam a região (Schneider, 2003). A agricultura familiar, embora responsável por grande parte da produção de alimentos, enfrenta desafios significativos

relacionados à infraestrutura deficiente e ao acesso limitado a mercados (Silva, 2019).

A diversificação de atividades no Semiárido brasileiro constitui elemento fundamental das estratégias de sobrevivência adotadas pelas famílias agricultoras diante das limitações impostas pelo clima, pelo acesso restrito a recursos produtivos e pela estrutura socioeconômica regional. A irregularidade das chuvas, os longos períodos de estiagem e a escassez hídrica formam um contexto em que a produção agrícola de sequeiro se tornou insuficiente para garantir estabilidade econômica ao longo do ano, exigindo que as famílias adotem múltiplas ocupações para compor sua renda.

Conforme destaca Azevedo (2023), a agricultura familiar no Semiárido apresenta características singulares que resultam da interação entre condições ambientais adversas e processos históricos de formação social. O autor argumenta que a diversificação é uma estratégia adaptativa que permite enfrentar a instabilidade climática, reduzindo riscos e fortalecendo a resiliência das famílias. Nesse sentido, a pluriatividade se insere como parte central desse processo, articulando agricultura, atividades extrativas, artesanato, serviços e trabalho urbano.

Além das estratégias econômicas, a diversificação também ocorre no plano produtivo e socioambiental. Nascimento (2025) observa que práticas agroecológicas vêm sendo incorporadas por agricultores familiares como forma de reduzir custos, melhorar a qualidade do solo e minimizar vulnerabilidades climáticas. No entanto, a autora ressalta que a adoção dessas práticas enfrenta desafios consideráveis, como a falta de assistência técnica especializada e a baixa difusão de tecnologias sociais adaptadas ao Semiárido.

A diversificação de atividades, incluindo o comércio informal, a prestação de serviços nas áreas urbanas, contratos temporários com as prefeituras e pequenos negócios familiares, tem se mostrado uma estratégia eficaz para complementar a renda das famílias agricultoras (Bonilla, 2022; Silva, 2019). Essas atividades auxiliam na adaptação às vulnerabilidades climáticas e econômicas, refletindo tendências observadas em toda a região semiárida. Contudo, a dependência de políticas públicas que muitas vezes são incertas e a informalidade dessas

atividades representam desafios para a sustentabilidade e a melhoria das condições de vida das famílias (Schneider, 2003; Pietra Bonilla, 2022).

A literatura clássica e recente converge para a ideia de que a diversificação no Semiárido não é apenas uma alternativa econômica, mas uma estratégia diversificação entre agricultura, trabalho assalariado e atividades informais persiste como padrão característico das famílias. Isso revela que a diversificação é elemento estrutural das estratégias de vida no Semiárido, e não fenômeno circunstancial.

Dessa forma, pode-se afirmar que a diversificação de atividades no Semiárido brasileiro representa uma resposta histórica às adversidades ambientais e econômicas. Ela expressa a capacidade das famílias rurais de se adaptar, combinando produção agrícola, ocupações não agrícolas, práticas agroecológicas, redes sociais e saberes tradicionais. Essa compreensão é fundamental para interpretar as estratégias adotadas pelas famílias agricultoras da região e para subsidiar políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e ao desenvolvimento rural sustentável.

Em resumo, a diversificação de atividades no Semiárido nordestino demonstra sua importância crucial para a subsistência das famílias, assim como os perigos ligados à informalidade e à precariedade. Essa análise é relevante para uma compreensão mais ampla do fenômeno em suas diversas facetas e prepara o caminho para o próximo capítulo, que abordará com mais profundidade as metodologias e empirismos da pesquisa.

4 ESTRATEGIAS PLURIATIVAS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM PILÕES-RN

4.1 Procedimentos metodológicos da pesquisa

4.1.1 Local de investigação

A pesquisa foi realizada no município de Pilões, localizado na Região Imediata de Pau dos Ferros, conhecida como Alto Oeste Potiguar, no estado do Rio Grande do Norte. O município apresenta características típicas do Semiárido nordestino, como clima quente e seco, chuvas irregulares e forte dependência da agricultura de subsistência. Embora a agricultura familiar baseada no cultivo de milho, feijão, mandioca e na criação de pequenos animais seja realmente a principal atividade econômica de Pilões (RN), a ideia de que o município possui população majoritariamente rural não se confirma pelos dados mais recentes do IBGE.

O Censo 2010 indicava que 73% da população era urbana, e o Censo 2022, embora ainda sem detalhamento rural/urbano divulgado, segue a tendência nacional de forte predominância urbana. Assim, apenas a informação sobre a base econômica está correta, enquanto a classificação da população como majoritariamente rural não é sustentada pelos dados mais atuais.

As condições naturais e socioeconômicas de Pilões-RN tornam o município um espaço adequado para analisar o fenômeno da pluriatividade. A combinação entre clima adverso, limitações estruturais e dependência da agricultura familiar influencia diretamente as estratégias de sobrevivência das famílias, fazendo de Pilões um caso representativo do Semiárido potiguar para investigar a relação entre atividades agrícolas e não agrícolas.

Apesar da predominância da agricultura familiar, a produção é insuficiente para garantir a estabilidade econômica das famílias, sobretudo em períodos de seca prolongada. Assim, compreender a realidade de Pilões-RN é essencial para analisar as estratégias locais de sobrevivência, identificar os limites e oportunidades da agricultura familiar e avaliar o papel da diversificação de atividades no contexto do Semiárido, que depende de políticas públicas eficazes.

4.1.2 Forma de abordagem, fins e meios

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório. Minayo (2012) descreve a pesquisa qualitativa como um método que explora a profundidade dos significados, como motivos, crenças e atitudes, em vez de se concentrar em variáveis quantificáveis. Essa abordagem é fundamental para entender as relações sociais, os processos e os fenômenos em sua complexidade, pois busca a compreensão do universo subjetivo dos sujeitos que não pode ser medido numericamente.

O caráter exploratório justifica-se pela intenção de compreender um fenômeno ainda pouco estudado no município de Pilões-RN: as estratégias de pluriatividade e suas implicações sociais. Já o aspecto descritivo busca caracterizar os agricultores familiares, suas atividades produtivas e complementares, bem como analisar de que forma essas práticas influenciam sua segurança socioeconômica.

De acordo com Gil (2017), as pesquisas descritivas e exploratórias possibilitam conhecer melhor determinado problema e suas relações, contribuindo para um diagnóstico mais preciso da realidade. Assim, a adoção dessa abordagem permite compreender não apenas dados quantitativos, mas também as percepções e experiências dos agricultores, o que é fundamental para captar o sentido das práticas de pluriatividade no meio rural.

4.1.3 Universo e amostra

A amostra foi intencional, composta por 32 agricultores familiares, selecionados com base em critérios de participação direta nas atividades agrícolas e não agrícolas. Essa forma de amostragem é adequada para pesquisas qualitativas, pois permite selecionar sujeitos que detêm experiências significativas sobre o tema em análise. Conforme Minayo (2012, p. 25), na amostragem intencional o pesquisador escolhe participantes “que possuem características específicas e relevantes para a compreensão aprofundada do fenômeno estudado”.

A escolha dos entrevistados considerou a diversidade etária, o estado civil, o tipo de posse de terra, o tamanho da propriedade e a variedade das atividades pluriativas. Esse recorte permitiu captar a heterogeneidade da agricultura familiar

no município e compreender as diferentes estratégias de reprodução social adotadas pelas famílias.

4.1.4 Delimitação temporal

O período de análise compreende os anos de 2017 a 2025. O marco inicial (2017) coincide com a divulgação dos dados do último Censo Agropecuário do IBGE, que fornece uma base estatística atualizada sobre a agricultura familiar brasileira. A partir desse ano, observou-se uma retração significativa nas políticas públicas voltadas ao setor, especialmente no PRONAF e no PAA (Grisa, 2018).

Esse contexto foi agravado pela pandemia da COVID-19, iniciada em 2020, que afetou diretamente os canais de comercialização da produção rural, como as feiras livres e os programas institucionais de compra de alimentos (Gazolla; Aquino, 2021). O ano de 2025 foi escolhido como limite final por coincidir com o período de realização das entrevistas de campo e permitir uma análise atual das estratégias de adaptação e diversificação adotadas pelos agricultores familiares diante das mudanças políticas e econômicas recentes.

Conforme Estevam (2023), a pluriatividade se tornou mais uma opção como forma de sobrevivência no Alto Oeste Potiguar, pois com o esfacelamento das políticas públicas também com os impactos socioeconômicos oriundos do período pandêmico. Assim, o recorte temporal de 2017 a 2025 possibilita examinar as transformações recentes e seus efeitos sobre a reprodução social das famílias agricultoras de Pilões-RN.

4.1.5 Procedimentos de coleta e análise de dados

A pesquisa utilizará como principal instrumento de coleta entrevistas semiestruturadas aplicadas aos chefes de estabelecimentos da agricultura familiar em Pilões-RN. Esse tipo de instrumento permite combinar questões previamente elaboradas com abertura para explorar temas emergentes durante a conversa. Segundo Minayo (2012, p. 64) explica que a entrevista semiestruturada tem como característica principal a combinação de perguntas fixas e abertas, o que confere a flexibilidade necessária para que o entrevistado aprofunde aspectos relevantes

sobre o tema abordado, permitindo ao pesquisador uma melhor compreensão da realidade social.

O roteiro de entrevistas contemplará informações sobre:

- Perfil socioeconômico dos agricultores (idade, escolaridade, estado civil, composição familiar);
- Características da produção agrícola (cultivos, criação de animais, acesso a políticas públicas e crédito);
- Formas de inserção em atividades não agrícolas (comércio, serviços, artesanato, empregos temporários etc.);
- Benefícios sociais recebidos e sua importância para a renda familiar;
- Percepções sobre os impactos da pluriatividade na segurança socioeconômica.

Além das entrevistas, serão utilizados dados secundários obtidos em fontes oficiais (IBGE, 2019; 2025), relatórios acadêmicos e publicações recentes sobre a agricultura familiar e a pluriatividade no Semiárido. Essa triangulação de fontes busca ampliar a confiabilidade da pesquisa.

Quanto à análise, será adotada a técnica de análise de conteúdo, que possibilita organizar e interpretar as informações coletadas, identificando categorias e padrões de resposta. Bardin (2011, p. 44) define essa técnica como um conjunto de procedimentos sistemáticos e objetivos para “[...] descrever o conteúdo das mensagens e inferir conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens”.

A interpretação dos dados seguirá a lógica da triangulação, articulando as evidências empíricas obtidas em Pilões-RN com a literatura acadêmica já discutida nos capítulos anteriores. Como ressaltam Mota *et al.* (2025, p. 200), “[...] o estudo da pluriatividade deve considerar simultaneamente os elementos empíricos locais e os referenciais teóricos, de modo a construir análises mais consistentes e contextualizadas”.

4.2 Resultados e discussões

4.2.1 Informações gerais

As informações gerais dos entrevistados permitem compreender o perfil social e demográfico dos agricultores familiares de Pilões-RN. A amostra é composta por 32 chefes de família, todos residentes no município. No que se refere ao sexo, todos os entrevistados são do sexo masculino (100%), o que reflete a predominância do homem como responsável formal pelo estabelecimento rural, ainda que o trabalho agrícola seja realizado em conjunto com outros membros da família.

Quanto à idade, a maior parte dos agricultores encontra-se entre 40 e 59 anos (46,9%), seguida daqueles com 60 anos ou mais (31,3%). As faixas mais jovens apresentam participação reduzida: 18,8% têm entre 25 e 39 anos e apenas 3,1% têm menos de 25 anos. Esses dados indicam o envelhecimento da população rural, fenômeno comum em municípios do semiárido potiguar, marcado pela migração dos jovens para centros urbanos em busca de novas oportunidades.

Quadro 1 – Características dos entrevistados.

SEXO	IDADE	ESCOLARIDADE	ESTADO CIVIL	NÚMERO DE FAMILIARES
Masculino (32)	até 25 (1)	MC (1)	Casado (1)	3 a 4 (1)
	25 até 39 (6)	FI (1)	Solteiro (1)	5+ (2)
		FC (2)		
		MI (2)	Casado (5)	3 a 4 (4)
		MC (1)		
	40 até 59 (15)	Não ler e escreve (2)	Casado (14)	1 a 2 (3)
		FI (11)		3 a 4 (10)
		FC (1)	Solteiro (1)	5+ (2)
		MC (1)		
	60 e mais (10)	Não ler e escreve (9)	Casado (9)	1 a 2 (2)
		FI (1)	Solteiro (1)	3 a 4 (4)
				5+ (4)

Fonte: Pesquisa de campo, 2025. Elaboração própria.

No tocante à escolaridade, observa-se que 37,5% dos entrevistados não sabem ler nem escrever, 46,9% concluíram o ensino fundamental e apenas 15,6% completaram o ensino médio. Esse cenário evidencia a baixa escolarização e a consequente limitação no acesso a informações técnicas, políticas públicas e instrumentos de gestão da produção rural.

Em relação ao estado civil, 90,6% dos agricultores são casados e 9,4% são solteiros, demonstrando o caráter familiar das unidades produtivas e a presença significativa do núcleo conjugal como base da organização do trabalho agrícola. Por fim, quanto ao número de pessoas que moram na propriedade, verificou-se que 56,3% dos domicílios são compostos por 3 a 4 moradores, 25% possuem 5 ou mais

peças e 18,8% contam com apenas 1 a 2 moradores. Essa configuração demonstra que a mão de obra utilizada é essencialmente familiar, com baixa incidência de trabalho assalariado ou externo.

4.2.2 Atividades agrícolas

Os resultados obtidos na segunda parte do questionário indicam que a comercialização da produção agrícola em Pilões-RN é bastante limitada, prevalecendo a lógica do autoconsumo e das trocas locais entre vizinhos e parentes. Entre os 32 agricultores entrevistados, 71,9% afirmaram que raramente vendem o que produzem, enquanto 21,9% vendem uma vez por mês e apenas 6,2% realizam vendas semanais.

Quadro 2 – Frequência de comercialização da produção agrícola em Pilões-RN (2025)

Frequência de venda da produção	Nº de agricultores (n=32)	%
Raramente vende o que produz	23	71,90%
Vende uma vez por mês	7	21,90%
Vende toda semana	2	6,20%
Total	32	100%

Fonte: Dados primários da pesquisa (Pilões-RN,2025)

Esses números evidenciam que a produção agrícola é, em grande medida, voltada para o abastecimento da família, o que caracteriza o perfil tradicional da agricultura familiar no semiárido potiguar. A baixa frequência de comercialização está associada à pequena escala de produção, à falta de canais estáveis de escoamento e às dificuldades logísticas impostas pela distância dos mercados regionais. Além disso, a insegurança climática e a ausência de assistência técnica continuada limitam o planejamento da produção e reduzem as possibilidades de gerar excedente comercializável.

Em muitos casos, as vendas mensais ocorrem em pequena escala, envolvendo feijão, milho e produtos de criação animal (galinha, porco ou queijo caseiro). Essas transações, de caráter informal, acontecem principalmente em feiras livres ou diretamente com conhecidos, reforçando os laços comunitários e de reciprocidade típicos das economias familiares rurais.

4.2.3 Pluriatividade

A pluriatividade, entendida como a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas dentro das unidades familiares, ainda é pouco expressiva entre os agricultores de Pilões-RN. Dos 32 agricultores entrevistados, 24 (75%) afirmaram não desenvolver nenhuma atividade fora da roça, o que demonstra a forte dependência das famílias em relação ao trabalho agrícola como principal fonte de sustento.

Entre os casos em que há presença de atividades não agrícolas, 3 agricultores (9,4%) possuem contratos temporários com a Prefeitura Municipal, 3 (9,4%) são servidores públicos efetivos, 1 (3,1%) mantém um pequeno comércio próprio, e 1 (3,1%) trabalha em casa de família. Em todos esses casos, o rendimento mensal é equivalente a um salário mínimo.

Um aspecto relevante é que todos os oito agricultores que exercem atividades não agrícolas afirmaram que essas rendas representam uma parte importante da renda familiar, contribuindo diretamente para a estabilidade financeira e para a permanência no campo. Esse resultado confirma que, mesmo sendo limitadas, essas ocupações funcionam como um complemento essencial para a reprodução social das famílias rurais.

Quadro 3 – Pluriatividade Pilões-RN (2025)

Tipo de atividade não agrícola	Nº de agricultores (n=32)	%	Importância para a renda familiar
Contrato pela Prefeitura Municipal	3	9,40%	Considera importante
Servidor público efetivo	3	9,40%	Considera importante
Comercio próprio	1	3,10%	Considera importante
Trabalho em casa de família	1	3,10%	Considera importante
Não exerce atividade fora da roça	24	75,00%	-
Total	32	100%	-

Fonte: Dados primários da pesquisa (Pilões-RN,2025)

Segundo Estevam (2023, p. 44), “a pluriatividade surge como uma estratégia de sobrevivência diante das limitações estruturais da agricultura familiar, funcionando como uma forma de reduzir riscos e ampliar a segurança econômica das famílias rurais”. Nesse mesmo sentido, Schneider (2003, p. 12) enfatiza que “a pluriatividade não significa o abandono da agricultura, mas sim uma maneira de sustentá-la e garantir a continuidade do modo de vida rural”.

No contexto de Pilões-RN, as evidências mostram que a pluriatividade é exercida, sobretudo, dentro do próprio território municipal, em atividades de baixa complexidade e baixo rendimento. Apesar disso, ela constitui um importante instrumento de resistência econômica e social, pois contribui para compensar as oscilações da produção agrícola e as limitações impostas pelas condições climáticas do semiárido.

A análise das ocupações não agrícolas exercidas pelos agricultores familiares entrevistados indica que parte deles desenvolve atividades como comércio informal, prestação de serviços gerais, trabalho doméstico e funções em instituições públicas do município. Entretanto, não é possível classificar essas ocupações quanto ao nível de complexidade, uma vez que o instrumento de entrevista não investigou aspectos como carga horária, atribuições específicas, exigências profissionais ou níveis de qualificação envolvidos em cada função.

Assim, os dados permitem apenas identificar quais atividades são desempenhadas, sem possibilitar uma avaliação sobre seu grau de complexidade, formalidade ou qualificação. A interpretação adequada deve, portanto, restringir-se ao registro das ocupações mencionadas, evitando conclusões que ultrapassem as informações efetivamente coletadas

4.2.4 Condições Socioeconômicas

A análise das condições socioeconômicas das famílias entrevistadas evidencia um cenário de estabilidade e limitação econômica, típico da agricultura familiar em regiões do semiárido potiguar. Ao comparar a situação atual com anos anteriores, 28 agricultores (87,5%) afirmaram que a renda familiar permaneceu estável, enquanto 4 (12,5%) disseram que diminuiu. Nenhum dos entrevistados relatou aumento de renda nesse período. Esse quadro demonstra que, embora as famílias consigam manter um padrão de vida mínimo, não há sinais de expansão econômica nem de melhoria significativa das condições de produção.

Quando questionados se o dinheiro proveniente de atividades não agrícolas ajudou a permanecer na zona rural, apenas 5 agricultores (15,6%) responderam que sim, de forma significativa, enquanto 27 (84,4%) afirmaram que não influenciou em sua decisão de continuar morando e trabalhando no campo. Isso mostra que,

apesar de existir a pluriatividade em alguns casos, ela ainda não representa uma transformação estrutural na renda ou no modo de vida das famílias rurais de Pilões-RN.

Quadro 4 - Condições Socioeconômicas Pilões-RN (2025)

Indicador	Categoria	Nº de agricultores (n=32)	%
Comparando com anos anteriores, a renda da família:	Permanece estável	28	87,50%
	Diminui	4	12,25%
	Aumentou	0	0,00%
O dinheiro vindo das atividades não agrícolas ajudou a permanecer na zona rural?	Sim, de forma significativa	5	15,60%
	Não influenciou	27	84,40%
A combinação de atividades agrícolas e não agrícolas melhorou a qualidade de vida?	Sim	8	25,00%
	Não se aplica	24	75,00%

Fonte: Dados primários da pesquisa (Pilões-RN,2025)

Por fim, ao serem perguntados se a combinação entre atividades agrícolas e não agrícolas melhorou a qualidade de vida, 8 agricultores (25%) afirmaram que sim, enquanto 24 (75%) responderam que essa questão “não se aplica” à sua realidade, uma vez que vivem exclusivamente do trabalho agrícola. Esses resultados reforçam o que destaca Nascimento *et al.* (2021) ao afirmar que a pluriatividade nas regiões de base agrícola do semiárido ainda ocorre de forma limitada, marcada pela informalidade e pela falta de políticas de apoio estruturadas.

De modo semelhante, Schneider (2003, p. 18) observa que “a agricultura familiar permanece fortemente dependente da renda agrícola, e a diversificação de atividades depende da ampliação de oportunidades locais e de políticas públicas específicas”. Portanto, observa-se que, embora existam iniciativas de diversificação da renda entre os agricultores familiares de Pilões-RN, essas estratégias ainda não geram impacto expressivo sobre a renda nem sobre a qualidade de vida, mantendo a reprodução social das famílias em patamares de estabilidade, porém sem ascensão econômica.

4.2.5 Acesso a políticas públicas

O acesso às políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar constitui um dos elementos fundamentais para a permanência e o

desenvolvimento das famílias rurais. Em Pilões-RN, a pesquisa revelou que 30 agricultores (93,8%) afirmaram já ter acessado algum tipo de política pública relacionada ao setor agrícola, enquanto apenas 2 (6,2%) disseram nunca ter recebido qualquer tipo de apoio.

Quadro 5 – Acesso as políticas públicas Pilões-RN (2025)

Programa ou tipo de apoio recebido	Nº de agricultores (n=32)	%
PRONAF (financiamento para o agricultor)	17	53,10%
PRONAF e PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)	7	21,90%
PRONAF e assistência técnica (EMATER/ sindicato)	2	6,30%
PRONAF e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)	3	9,40%
Somente assistência técnica (EMATER/ Sindicato)	1	3,10%
Nenhum programa	2	6,20%
Total	32	100%

Fonte: Dados primários da pesquisa (Pilões-RN,2025)

A análise do Quadro 5 mostra que a maior parte dos agricultores familiares entrevistados já acessou algum tipo de política pública, especialmente programas como PRONAF, PAA e PNAE. Observa-se, porém, que 6,2% (2 agricultores) afirmaram nunca ter acessado nenhum programa governamental voltado ao meio rural. Como a entrevista não investigou os motivos dessa ausência de acesso, não é possível explicar por que esses agricultores não participaram das políticas públicas; portanto, os dados devem ser interpretados apenas como registro de participação ou não participação, sem atribuições causais.

Entre os programas citados, destaca-se o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), mencionado isoladamente por 17 agricultores (53,1%). Outros 7 agricultores (21,9%) afirmaram ter acesso simultâneo ao PRONAF e ao PAA. Já 2 agricultores (6,3%) disseram acessar o PRONAF em conjunto com assistência técnica prestada por instituições como a EMATER e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Além disso, 3 agricultores (9,4%) participam do PRONAF e do PNAE, enquanto 1 agricultor (3,1%) declarou receber exclusivamente assistência técnica.

Esses dados evidenciam que o PRONAF é o principal instrumento de apoio aos agricultores familiares do município, sendo praticamente universal entre

aqueles que acessam algum tipo de política pública. No entanto, a diversidade de programas e o alcance das ações permanecem limitados, revelando fragilidades na integração das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural local.

Quando questionados se consideram as políticas públicas atuais suficientes para apoiar a agricultura familiar, 6 agricultores (18,8%) responderam que sim, 12 (37,5%) afirmaram que não, e 14 (43,7%) disseram que apenas “em parte”. Esse resultado indica uma percepção de insuficiência e de eficácia parcial das políticas públicas disponíveis.

Quadro 6 - Percepção dos agricultores sobre a suficiência das políticas públicas Pilões-RN (2025)

Opinião	Nº de agricultores (n=32)	%
Sim	6	18,80%
Não	12	37,50%
Em parte	14	43,70%
Total	32	100%

Fonte: Dados primários da pesquisa (Pilões-RN,2025)

Os dados apresentados no Quadro 6 mostram que a maior parte dos agricultores familiares percebe as políticas públicas como insuficientes ou apenas parcialmente suficientes para atender às demandas do meio rural. Entretanto, é importante destacar que a entrevista não investigou as razões que fundamentam tais percepções. Dessa forma, não é possível identificar os motivos que levaram os agricultores a considerar as políticas insuficientes, uma vez que a questão aplicada se limitou a registrar o nível de suficiência percebido, sem explorar causas, justificativas ou avaliações detalhadas.

Essa escolha metodológica está alinhada aos objetivos do estudo, que se concentram na análise das estratégias de pluriatividade, e não na avaliação aprofundada das políticas públicas. Assim, a interpretação dos dados deve restringir-se à percepção geral dos agricultores, evitando especulações sobre as motivações que orientaram as respostas apresentadas.

4.2.6 Expectativas e permanência no campo

A análise sobre as expectativas e a permanência no campo revela o nível de comprometimento das famílias agricultoras com a vida rural e as perspectivas de

continuidade da agricultura familiar nas próximas gerações. Quando questionados se pretendem continuar morando e trabalhando na zona rural nos próximos anos, 18 agricultores (56,3%) afirmaram que sim, 10 (31,3%) disseram que não, e 3 (9,4%) responderam que não sabem. Esses números indicam que, embora mais da metade dos entrevistados manifeste o desejo de permanecer no campo, existe um contingente expressivo que não vislumbra perspectivas futuras na agricultura, seja por motivos econômicos, climáticos ou por falta de sucessores familiares.

Quadro 7 - Expectativas e permanência no campo Pilões-RN (2025)

Respostas	Nº de agricultores (n=32)	%
Sim	18	56,30%
Não	10	31,30%
Não sabe	3	9,40%
Total	32	100%

Fonte: Dados primários da pesquisa (Pilões-RN,2025)

Em relação ao interesse dos descendentes, os resultados revelam um quadro de incerteza e descontinuidade geracional. À pergunta “Seus filhos ou netos têm interesse em continuar na agricultura?”, 10 agricultores (31,3%) responderam que sim, 10 (31,3%) disseram que não, e 12 (37,4%) afirmaram que algum sim e outros não”. Essa distribuição evidencia que, embora exista certa valorização do trabalho agrícola, o desinteresse das novas gerações é uma tendência crescente, especialmente entre famílias com filhos jovens que buscam oportunidades urbanas.

Segundo Carneiro (2006, p. 72), “a reprodução da agricultura familiar depende não apenas da renda, mas também da valorização simbólica do modo de vida rural pelas novas gerações”. Em Pilões-RN, nota-se que a agricultura ainda é vista como um meio de vida digno, porém com baixa atratividade econômica, o que reduz o incentivo para a sucessão familiar.

Quadro 8 – Interesse dos filhos ou netos continuar na agricultura Pilões-RN (2025)

Resposta	Nº de agricultores (n=32)	%
Sim	10	31,30%
Não	10	31,30%
Alguns, sim, outros, não	12	37,40%
Total	32	100%

Fonte: Dados primários da pesquisa (Pilões-RN,2025)

Schneider (2003) reforça que “a permanência no campo está relacionada à capacidade das famílias de diversificar suas fontes de renda e de encontrar sentido social na atividade agrícola”. Nesse sentido, a ausência de políticas de incentivo e de oportunidades de profissionalização rural contribui para a migração e para o esvaziamento das comunidades rurais. Portanto, embora a maioria dos agricultores manifeste desejo de continuar no campo, a fragilidade das condições econômicas e a falta de sucessores comprometem a continuidade da agricultura familiar em médio e longo prazo.

4.2.7 Outras informações

As informações complementares obtidas nas entrevistas permitem compreender melhor a relação das famílias agricultoras com as organizações rurais e com as políticas sociais de transferência de renda. No que se refere à participação em associações rurais ou cooperativas, observou-se que apenas 10 agricultores (31,3%) afirmaram já ter participado de alguma organização dessa natureza, enquanto 22 (68,7%) nunca participaram. Essa baixa participação coletiva indica fragilidade na organização social e produtiva das famílias agricultoras de Pilões-RN, o que limita o acesso a programas públicos e a ações de fortalecimento comunitário.

Quadro 9 – Participação dos agricultores familiares em associações rural ou cooperativa Pilões-RN (2025)

Participação em associação ou cooperativa	Nº de agricultores (n=32)	%
Já participou	10	31,30%
Nunca participou	22	68,70%
Total	32	100%

Fonte: Dados primários da pesquisa (Pilões-RN, 2025)

Entre aqueles que já participaram de associações, o tempo de envolvimento variou entre 1 e 20 anos, sendo 7 (70%) com participação de 1 a 5 anos, 1 (10%) entre 5 e 10 anos, e 2 (20%) com 10 a 20 anos de vínculo. Essa predominância de participações curtas reflete tanto a instabilidade das associações locais quanto o baixo engajamento contínuo dos agricultores.

Em relação aos benefícios sociais, os dados mostram que a maioria das famílias é beneficiária de programas de transferência de renda. Entre os 32 entrevistados, 15 (46,9%) recebem Bolsa Família, 12 (37,5%) aposentadoria, 3 (9,4%) recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e 2 (6,2%) não recebem nenhum benefício. O valor mensal dos benefícios, segundo os entrevistados, varia entre R\$ 600,00 (casos do Bolsa Família) e até um salário mínimo (casos de aposentadoria e BPC). Quando questionados sobre há quanto tempo recebem benefícios sociais, 3 agricultores (9,4%) afirmaram receber há até um ano, 5 (15,6%) entre 1 e 5 anos, 6 (18,7%) entre 5 e 10 anos, e 15 (46,9%) há mais de 10 anos, enquanto 3 (9,4%) não recebem nenhum benefício.

Quadro 10 – Tempo de participação em associações rurais Pilões-RN (2025)

Tempo de participação	Nº de agricultores (n=32)	%
1 a 5 anos	7	70,00%
5 a 10 anos	1	10,00%
10 a 20 anos	2	20,00%
Total	10	100%

Fonte: Dados primários da pesquisa (Pilões-RN,2025)

Esses resultados revelam a forte dependência das famílias rurais de programas sociais de transferência de renda, o que reforça o papel dessas políticas na sustentação econômica e na reprodução social da agricultura familiar em contextos de baixa renda. Como destacam Bacelar e Favareto (2020), os benefícios sociais funcionam como suporte básico de sobrevivência das famílias rurais, mas não substituem as políticas de desenvolvimento produtivo e de infraestrutura que poderiam garantir autonomia econômica a longo prazo.

Quadro 11 – Benefícios sociais recebidos pelos agricultores Pilões-RN (2025)

Tipo de benefício	Nº de agricultores (n=32)	%	Valor mensal estimado (R\$)
Bolsa família	15	46,90%	600
Aposentadoria	12	37,50%	Até um salário mínimo
Benefício de prestação continuada (BPC)	3	9,40%	Até um salário mínimo
Não recebe benefícios	2	6,20%	-
Total	32	100%	-

Fonte: Dados primários da pesquisa (Pilões-RN,2025)

O Quadro 11 apresenta os benefícios sociais recebidos pelas famílias agricultoras de Pilões-RN. Observa-se que programas como o Bolsa Família e as aposentadorias representam parcela significativa da composição da renda familiar, complementando os ganhos provenientes das atividades agrícolas e, quando presentes, da pluriatividade.

É importante ressaltar que o acesso a esses benefícios não decorre da condição de agricultor familiar, mas de critérios específicos de cada política como renda per capita, idade, composição familiar ou tempo de contribuição previdenciária. Assim, esses programas não devem ser interpretados como políticas de fortalecimento da agricultura familiar, mas como instrumentos de proteção social.

Quadro 12 – Tempo de recebimento dos benefícios sociais Pilões-RN (2025)

Tempo de recebimento	Nº de agricultores (n=32)	%
Até 1 ano	3	9,40%
1 a 5 anos	5	15,60%
5 a 10 anos	6	18,70%
10 a 20 anos	15	46,90%
Não recebe benefício	3	9,40%
Total	32	100%

Fonte: Dados primários da pesquisa (Pilões-RN,2025)

Quanto à distribuição dos benefícios, constatou-se que três agricultores não recebem nenhum tipo de transferência, o que corrige a inconsistência anteriormente observada entre os Quadros 11 e 12. Portanto, esse número deve ser considerado como o dado correto. Em síntese, os resultados evidenciam que os benefícios sociais desempenham papel relevante na renda das famílias rurais, embora não mantenham relação direta com a atividade agrícola. Sua importância deve ser compreendida no âmbito mais amplo das estratégias de sobrevivência e complementação de renda que caracterizam o meio rural.

4.2.8 Estrutura produtiva do estabelecimento

A estrutura produtiva dos estabelecimentos familiares em Pilões-RN revela o predomínio de pequenas propriedades e o uso de tecnologias tradicionais no manejo das atividades agrícolas. Em relação ao tamanho da estrutura fundiária, observou-se que 1 agricultor (3,1%) possui área de até 1 hectare, 11 agricultores (34,4%) têm entre 1 e 5 hectares, 11 (34,4%) possuem de 5 a 10 hectares, 3 (9,4%) de 10 a 20 hectares, 2 (6,2%) de 20 a 30 hectares, 3 (9,4%) de 30 a 50 hectares, e apenas 1 (3,1%) possui área entre 50 e 100 hectares. Esses dados confirmam o caráter predominantemente mini fundiário da agricultura familiar do município, com propriedades de baixa extensão e produção voltada ao autoconsumo e à venda esporádica de excedentes.

Quadro 13 – Tamanho da estrutura fundiária dos estabelecimentos rurais (Pilões-RN,2025)

Faixa de área (em hectares)	Nº de agricultores (n=32)	%
Até 1 hectares	1	3,10%
Acima de 1 até 5 hectares	11	34,40%
De 5 até 10 hectares	11	34,40%
De 10 até 20 hectares	3	9,40%
De 20 até 30 hectares	2	6,20%
De 30 até 50 hectares	3	9,40%
De 50 até 100 hectares	1	3,10%
Total	32	100%

Fonte: Dados primários da pesquisa (Pilões-RN,2025)

Quanto à forma de acesso à terra, 18 agricultores (56,3%) declararam trabalhar em terra própria, enquanto 14 (43,7%) utilizam terra cedida ou emprestada. A elevada proporção de agricultores sem propriedade da terra indica dependência de acordos informais e vulnerabilidade jurídica, o que pode comprometer a continuidade das atividades agrícolas e o acesso a políticas públicas de crédito e investimento.

Quadro 14 – Forma de acesso à terra (Pilões-RN,2025)

Forma de acesso à terra	Nº de agricultores (n=32)	%
Terra própria	18	56,30%
Terra cedida (emprestada)	14	43,70%
Total	32	100%

Fonte: Dados primários da pesquisa (Pilões-RN,2025)

A análise do Quadro 13 apresenta a distribuição do tamanho das estruturas fundiárias entre os agricultores familiares entrevistados em Pilões-RN. Quando comparados aos dados do Censo Agropecuário de 2017, observa-se uma conformidade com o padrão nacional, no qual cerca de 77% dos estabelecimentos agropecuários são classificados como de agricultura familiar. Essa similaridade reforça que os agricultores de Pilões se inserem em um perfil típico do segmento: predominância de pequenas áreas, o que limita o potencial de expansão produtiva, mecanização e inserção em mercados mais estruturados.

Além disso, é possível estabelecer uma relação entre esse perfil fundiário reduzido e a percepção de insuficiência das políticas públicas apresentada no Quadro 6. Propriedades menores frequentemente demandam menos volume de investimento e enfrentam dificuldades estruturais para acessar recursos mais robustos. Isso pode contribuir para que os agricultores avaliem as políticas públicas como “parcialmente suficientes”, já que os incentivos ofertados nem sempre se adequam às necessidades reais ou à escala produtiva de suas unidades.

Assim, a interpretação conjunta dos Quadros 13 e 6 sugere que o tamanho reduzido das propriedades familiares em Pilões-RN constitui um dos fatores que explicam a percepção de limitação das políticas públicas. Apesar do acesso a alguns programas, as condições estruturais das pequenas propriedades fazem com que esses instrumentos não sejam percebidos como plenamente satisfatórios para promover melhorias significativas na produção agrícola ou na renda das famílias.

Quadro 15 – Principal atividade agropecuária desenvolvida (Pilões-RN,2025)

Atividade principal	Nº de agricultores (n=32)	%
Cultivo agrícola e criação de animais	30	93,80%
Apenas cultivo agrícola	2	6,20%
Total	32	100%

Fonte: Dados primários da pesquisa (Pilões-RN,2025)

No que se refere à principal atividade agropecuária desenvolvida, verificou-se que 30 agricultores (93,8%) praticam tanto o cultivo agrícola quanto a criação de animais, enquanto apenas 2 (6,2%) se dedicam exclusivamente ao cultivo agrícola. Essa combinação reforça a característica de diversificação produtiva típica da agricultura familiar, voltada à subsistência e ao equilíbrio entre produção vegetal e animal.

Em relação aos equipamentos utilizados no estabelecimento rural, a grande maioria dos agricultores ainda depende de instrumentos manuais e de apoio pontual da prefeitura. Dos entrevistados, 25 (78,1%) afirmaram utilizar ferramentas manuais (enxada, foice, pá), arado com tração animal e trator quando disponibilizado pela prefeitura. Outros 5 (15,6%) declararam utilizar, além dessas ferramentas, equipamentos de irrigação. Por fim, 2 agricultores (6,3%) afirmaram utilizar apenas ferramentas manuais, sem acesso a equipamentos de mecanização ou irrigação.

Quadro 16 – Equipamentos utilizados nas atividades agropecuárias desenvolvida (Pilões-RN,2025)

Tipo de equipamento utilizado	Nº de agricultores (n=32)	%
Ferramentas manuais, arado com tração animal e trator (prefeitura)	25	78,10%
Ferramentas manuais, tração animal, irrigação, trator (prefeitura)	5	15,60%
Apenas ferramentas manuais (enxada, foice, pá)	2	6,30%
Total	32	100%

Fonte: Dados primários da pesquisa (Pilões-RN,2025)

Esse quadro demonstra que o processo produtivo é marcado por baixo nível de mecanização, escassez de recursos tecnológicos e dependência de políticas públicas locais para acesso a maquinário, o que limita o aumento da produtividade e a sustentabilidade das unidades de produção. Lemos e Santiago (2020) destacam que, embora a agricultura familiar seja essencial para o meio de vida rural e para a segurança alimentar do país, ela enfrenta desafios significativos que limitam seu potencial de crescimento e desenvolvimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada investigou as particularidades da agricultura familiar e as táticas de pluriatividade na cidade de Pilões-RN, entre 2017 e 2025, com o objetivo de entender como as famílias agricultoras gerenciam sua reprodução social e econômica diante de um cenário repleto de desafios estruturais e mudanças no ambiente rural do Rio Grande do Norte.

Os achados indicam que a agricultura familiar continua sendo o pilar econômico e social do município, desempenhando uma função crucial na produção de alimentos e na sustentabilidade da vida rural. Entretanto, as condições para a produção são restringidas por elementos como a pequena área cultivável, a baixa mecanização, o limitado acesso a serviços de assistência técnica e uma forte dependência de programas públicos que oferecem crédito e transferências de renda. A predominância de pequenas propriedades, evidenciada pelos dados coletados e pelo Censo Agropecuário de 2017, limita a capacidade de aumento na produção e fomenta a percepção de que as políticas públicas são apenas parcialmente eficazes em atender às necessidades da comunidade local.

A pluriatividade, mesmo estando presente, ainda não se firmou como uma estratégia robusta. Entre os 32 agricultores entrevistados, apenas 25% se envolvem em atividades fora da agricultura, tais como comércio informal, prestação de serviços ou empregos em estabelecimentos da região. Embora em número reduzido, essa contribuição é crucial para complementar a renda familiar, especialmente diante dos desafios típicos do semiárido, que incluem a irregularidade das precipitações, a escassez de água e a vulnerabilidade econômica atrelada à agricultura familiar.

Em relação às políticas públicas, notou-se que o PRONAF é o programa mais utilizado pelos agricultores em Pilões-RN, seguido pelo PAA e pelo PNAE. Essas iniciativas têm um impacto significativo na dinâmica produtiva da região, embora não consigam promover a autonomia econômica ou garantir melhorias duradouras nas estruturas. Alguns agricultores relataram nunca terem acessado políticas públicas, mas não foi possível determinar os motivos dessa falta de participação, já que o instrumento de pesquisa não abordou essa questão. Da mesma forma, embora muitos agricultores considerem as políticas públicas como

inadequadas, não foi viável explorar em profundidade as razões para essas percepções devido à limitação do método do questionário.

Outro aspecto importante é a contribuição dos benefícios sociais como o Bolsa Família, aposentadorias e o BPC na renda das famílias rurais. Mesmo que não estejam diretamente relacionados ao status de agricultor familiar, esses programas têm um papel significativo na estabilização financeira, destacando sua relevância em um contexto econômico vulnerável.

Foi também identificado um baixo envolvimento dos agricultores em associações e cooperativas, o que diminui seu poder de organização coletiva e restringe o acesso a políticas de comercialização, capacitação e desenvolvimento territorial. Essa situação, somada aos obstáculos estruturais, intensifica o cenário de estagnação na produção e limita as oportunidades de fortalecimento da agricultura familiar.

Sobre as visões para o futuro, mais de cinquenta por cento dos agricultores expressam o desejo de continuar vivendo na área rural; no entanto, a falta de entusiasmo das novas gerações em seguir na prática agrícola indica um perigo para a continuidade da herança familiar e para o futuro da agricultura na região. Essa situação revela a urgência de políticas que valorizem o trabalho do agricultor, ofereçam formação técnica e ampliem as possibilidades de atividades produtivas no meio rural.

Assim, pode-se afirmar que a agricultura familiar em Pilões-RN possui grande importância social e econômica, mas ainda enfrenta fragilidades e depende de auxílio social. Para que a pluriatividade se torne uma abordagem sustentável e para fortalecer a agricultura familiar, é essencial implementar políticas integradas que aumentem o acesso a crédito, melhorem a infraestrutura produtiva, reforcem a assistência técnica, incentivem a gestão da água e estimulem a diversificação na economia. Essas iniciativas são vitais para assegurar que as famílias permaneçam no campo, fomentar um desenvolvimento rural sustentável e firmar a agricultura familiar como um pilar estratégico de produção e inclusão social na região semiárida do Rio Grande do Norte.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Para uma teoria dos estudos rurais**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1998.

AGUIAR, Wendel Mendes de; LIMA, José Raimundo Ferreira; FERREIRA, Ana Paula. Políticas públicas e desenvolvimento no Semiárido: desafios e perspectivas. **Revista de Desenvolvimento Regional**, v. 16, n. 2, p. 205-225, 2019.

AQUINO, Joacir Rufino de; ALVES, Eliane; VIDAL, José Pedro Alves. A agricultura familiar no semiárido nordestino: uma análise de seus principais desafios. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, n. 1, p. 29-45, 2020.

AQUINO, Joacir Rufino de; FREIRE, José Aldemir; CARVALHO, Augusto Carlos de. Importância, heterogeneidade e pobreza da agricultura familiar no estado do Rio Grande do Norte. **Revista Geotemas**, v. 7, n. 2, p. 66-92, 2017.

BACELAR, Tânia; FAVARETO, Arilson. **Agricultura familiar e pluriatividade no Nordeste**: estratégias e desafios para o desenvolvimento regional. Recife: Editora da Universidade Federal de Pernambuco, 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARRETO FILHO, Boanerges de Freitas. Características e estruturação da agropecuária na Região Geográfica Imediata de Pau dos Ferros: notas a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Geopauta**, v. 6, p. e10393, 2022.

BARRETO FILHO, Boanerges de Freitas; FONTES, Maurício do Nascimento. Agricultura familiar no Nordeste e no Rio Grande do Norte: reflexões a partir de dados do Censo Agropecuário de 2017. **Revista Estudo & Debate**, v. 32, n. 1, p. 1-18, 2025.

BERNARDI, Luiz. **Pluriatividade e o seu potencial para o desenvolvimento da agricultura familiar**: uma revisão bibliográfica. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2024.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 2006.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos – Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/censo>. Acesso em: 1 nov. 2025.

BRITO, Adriana Ferreira de. O crédito fundiário como instrumento de fortalecimento da agricultura familiar. **Revista de Políticas Públicas Rurais**, v. 9, n. 2, p. 55-73, 2017.

CARNEIRO, Maria José. **Pluriatividade e ruralidade**: novos olhares sobre o mundo rural brasileiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

DE AZEVEDO, Sérgio Luiz Malta. Aproximações Teórico-Conceituais sobre Agricultura Familiar e Particularidades do Semiárido Brasileiro. **Revista Ecologias Humanas**, v. 9, n. 10, p. 94-103, 2023.

DE LIMA, Allison Ferreira; ARAÚJO, Bruno Vinicius Silva; OLIVEIRA, Carmem Sara Pinheiro. Caracterização da agricultura familiar em assentamentos da região Oeste do Rio Grande do Norte. **Revista Científica Rural**, v. 19, n. 1, p. 11-19, 2017.

DE MORAES, Murilo Didonet. A multifuncionalidade e pluriatividade da agricultura familiar: convergências e divergências. Intercursos **Revista Científica**, v. 22, n. 1, p. 1-17, 2023.

DE SOUSA MIRANDA, Roberto; ALVES GOMES, Ramonildes; DE FREITAS MAIA, Kalliane; FERNANDES, Katson. Ruralidades no semiárido: Reflexões a partir de evidências sociológicas. **OPIS**, Goiânia, v. 21, n. 1, 2024.

DE SOUZA, Guilherme Fernandes; DE SOUZA, Rômulo Kleberson; CARNEIRO, Rosalvo Nobre. A agricultura familiar e a pluriatividade no perímetro irrigado de Pau dos Ferros-RN. **Revista Geotemas**, v. 3, n. 1, p. 125-136, 2013.

ESTEVAM, Stênio Maia. **Pluriatividade e sustentabilidade na agricultura familiar no Alto Oeste Potiguar**. 2023. 100f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2023.

ESTEVAM, Stênio Maia; CAMPOS, Marcos Paulo. Pluriatividade e segurar hídrica na agricultura familiar: reflexões a partir dos casos do Alto Oeste Potiguar (RN) e da Serra de Ibiapaba (CE). **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, v. 14, n. 5, p. e4562-e4562, 2025.

ESTEVAM, Stênio Maia; DA SILVA, Alcimária Fernandes; DA SILVA, Cícero Nilton Moreira. Políticas Públicas para o campo: um estudo sobre a atuação do Pronaf na Região Geográfica Imediata de Pau dos Ferros-RN. **Revista de Geografia**. Recife, v. 38, nº. 4, 2021.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, n. 1, p. 17-27, 2008.

GAZOLLA, Marcio; AQUINO, Joacir Rufino de. Reinvenção dos mercados da agricultura familiar no Brasil: a novidade dos sites e plataformas digitais de comercialização em tempos de Covid-19. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 2, p. 427-460, 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GRISA, Cátia. Mudanças nas políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: novos mediadores para velhos referenciais. Raízes: **Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 38, n. 1, p. 36-50, 2018.

GUANZIROLI, Carlos Eduardo; DI SABBATO, Andrea; VIDAL, José Pedro Alves. **Agricultura familiar no Brasil: sustentabilidade e desafios**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2014.

GUANZIROLI, Carlos Eduardo; DI SABBATO, Andrea; VIDAL, José Pedro Alves; BUAINAIN, Antônio Márcio; ALVES, Eliseu; SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2013.

HENIG, Flávia Rodrigues. O Programa Água para Todos e suas implicações no semiárido nordestino. **Revista Brasileira de Políticas Rurais**, v. 11, n. 2, p. 210–229, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2025: Resultados Preliminares para o Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

LEMO, João; SANTIAGO, Rafael. A agricultura familiar no semiárido: desafios e potencialidades. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 15, n. 1, p. 45-60, 2020.

LIMA, Rogério Alves. Política Nacional de Agricultura Familiar: avanços e desafios. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 51, n. 3, p. 89-106, 2020.

MARTINS DA SILVA, Naiane; MORAES PEIXINHO, Dimas. A dinâmica espacial da pluriatividade na agricultura familiar. **Revista Ateliê Geográfico**, v. 17, n. 1, p. 1-19, 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MOTA, Diego Azevedo; OLIVEIRA, Carla Juliana; FERREIRA, Ana Paula; LIMA, José Raimundo. Pluriatividade na agricultura familiar: desafios e implicações na sustentabilidade das famílias e assentamentos rurais. **Revista Orbis Latina**, v. 15, n. 1, p. 196-210, 2025.

NASCIMENTO, Cláudia Andrade; AQUINO, Joacir Rufino de; DELGROSSI, Maurício Eduardo. Pluriatividade e reprodução social no campo brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 1, p. 1-20, 2021.

NASCIMENTO, Maria Luiza Santos. **Os desafios e obstáculos para a adesão das práticas agroecológicas na agricultura familiar no Semiárido Potiguar**. 2025. 123f. Monografia (Graduação em Serviço Social), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Curso de Serviço Social. Natal, RN, 2025.

PÁDUA, Renata Alves de. **Agricultura familiar e pluriatividade no Semiárido Potiguar**: condições de reprodução social em tempos de retração de políticas públicas. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2023.

PIETRA BONILLA, Ana. Estratégias de diversificação produtiva e renda no semiárido potiguar. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente Rural**, v. 19, n. 1, p. 55–74, 2022.

SCHNEIDER, Sérgio. A agricultura familiar e as estratégias de sobrevivência no meio rural. **Revista de Estudos Rurais**, v. 30, n. 1, p. 110-125, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio. A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas de pesquisa. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 16, p. 161-185, 2001.

SCHNEIDER, Sérgio. **O rural brasileiro na perspectiva da pluriatividade**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

SCHNEIDER, Sérgio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro Francisco. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Revista Grifos**, v. 30, n. 51, p. 12-41, 2021.

SILVA, Edna Maria. Turismo rural e comunitário como estratégia de pluriatividade no Rio Grande do Norte. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 1, p. 40-59, 2020.

SILVA, Lucas Santos. **Pluriatividade e desenvolvimento rural sustentável: o papel das políticas públicas**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2022.

SILVA, Maria Aparecida; SILVA, Paulo Sérgio; ESTEVAM, Daniel Rodrigues. Juventude, gênero e agricultura familiar: experiências de inserção produtiva no semiárido. **Revista Campo-Território**, v. 12, n. 2, p. 95-112, 2017.

WERLANG, Cláudia; MENDES, Juliana Almeida. A pluriatividade na agricultura familiar: potencialidades e limites. **Revista Brasileira de Estudos Rurais e Urbanos**, v. 11, n. 1, p. 71-85, 2016.

Apêndice I – Modelo de Formulário

Formulário: Pluriatividade e Agricultura Familiar em Pilões-RN

Instruções: Marque com um “X” a alternativa que melhor representa sua realidade. Suas respostas são confidenciais e contribuirão para o desenvolvimento de políticas públicas mais adequadas à agricultura familiar.

I. Informações Gerais

1. Sexo do chefe do domicílio:

- ☐ Masculino
- ☐ Feminino
- ☐ Outro

2. Idade do chefe do domicílio:

- ☐ Menos de 25 anos
- ☐ 25 a 39 anos
- ☐ 40 a 59 anos
- ☐ 60 anos ou mais

3. Escolaridade do chefe do domicílio:

- ☐ Não alfabetizado
- ☐ Ensino Fundamental Incompleto
- ☐ Ensino Fundamental Completo
- ☐ Ensino Médio Incompleto
- ☐ Ensino Médio Completo
- ☐ Ensino Superior

4. Estado civil do chefe do estabelecimento:

- ☐ Casado
- ☐ Solteiro
- ☐ Separado/divorciado
- ☐ Viúvo
- ☐ Outro: _____

5. Número de pessoas que moram na propriedade:

- ☐ 1 a 2
 - ☐ 3 a 4
 - ☐ 5 ou mais
-

II. Atividades Agrícolas

6. Quais culturas sua família cultiva atualmente? (marque todas as que se aplicam)

- ☐ Feijão

- ☐ Milho
- ☐ Mandioca
- ☐ Hortaliças
- ☐ Frutas
- ☐ Outra(s): _____

7. A família cria animais?

- () Sim
- () Não

8. Se sim, quais animais criam? (marque todas as que se aplicam)

- ☐ Galinhas
- ☐ Caprinos
- ☐ Ovinos
- ☐ Suínos
- ☐ Bovinos
- ☐ Outros: _____

9. Com que frequência comercializam os produtos agrícolas?

- () Toda semana
 - () Quinzenalmente
 - () Mensalmente
 - () Raramente
 - () Nunca
-

III. Pluriatividade

10 Além das atividades agrícolas, alguém da família realiza outra atividade para complementar a renda?

- () Sim
- () Não

11 Se sim, qual(is) tipo(s) de atividade(s)? (marque todas as que se aplicam)

- () Agroindústria (ex.: produção de doces, polpas, queijos)
- () Comércio (ex.: venda de roupas, alimentos, artesanato)
- () Serviços (ex.: costura, eletricitista, cabeleireiro)
- () Trabalho assalariado fora da propriedade
- () Servidor público efetivo do estado
- () Servidor público efetivo do município
- () Contrato de Prefeitura
- () empregado de sindicato
- () Outra(s): _____

12 Qual o valor R\$ recebido mensalmente (valor total ou estimativa) nas atividades indicadas na questão 10?

Indicar a soma em R\$: _____

13 Essas atividades não agrícolas representam:

- ☐ A principal fonte de renda
 - ☐ Uma parte importante da renda
 - ☐ Uma renda complementar eventual
 - ☐ Nenhuma contribuição relevante
-

IV. Condições Socioeconômicas

14 Comparando os últimos anos, sua renda familiar:

- ☐ Aumentou
- ☐ Permaneceu estável
- ☐ Diminuiu

15 A renda obtida com as atividades não agrícolas ajudou sua família a permanecer na zona rural?

- ☐ Sim, de forma significativa
- ☐ Sim, mas de forma limitada
- ☐ Não influenciou
- ☐ Não se aplica

16 Sr. / Sr.^a considera que a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas:

- ☐ Aumentou sua segurança financeira
 - ☐ Melhorou sua qualidade de vida
 - ☐ Diminuiu sua dependência do clima
 - ☐ Não teve impactos relevantes
 - ☐ Não se aplica
-

V. Acesso a Políticas Públicas

17 Sr. / Sr.^a já acessou alguma política pública voltada à agricultura familiar?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sabe dizer

18 Se sim, quais? (marque todas as que se aplicam)

- ☐ Pronaf
- ☐ PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)
- ☐ PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)
- ☐ Assistência Técnica (ex: EMATER, sindicato)
- ☐ Outras: _____

19 Na sua opinião, as políticas públicas disponíveis hoje são suficientes para apoiar a agricultura familiar?

- ☐ Sim
 - ☐ Em parte
 - ☐ Não
 - ☐ Não sabe opinar
-

VI. Expectativas e Permanência no Campo

20 Sr. / Sr.^a pretende continuar vivendo e trabalhando na área rural nos próximos anos?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sabe

21 Seus filhos ou netos têm interesse em continuar na agricultura?

- ☐ Sim
 - ☐ Não
 - ☐ Alguns sim, outros não
 - ☐ Ainda é cedo para dizer
-

VII. Outras informações

22 Participa ou já participou de alguma associação rural ou Cooperativa?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não sabe

23 Se sim, qual o tempo em que participa ou participou de associação rural ou Cooperativa?

- ☐ Até 1 ano
- ☐ Acima de 1 ano até 5 anos
- ☐ Acima de 5 anos até 10 anos
- ☐ Acima de 10 anos até 20 anos
- ☐ Acima de 20 anos até 30 anos
- ☐ Acima de 30 anos
- ☐ Não sabe

24 Sr. / Sr.^a recebe algum tipo de Benefícios sociais?

- ☐ Bolsa Família
- ☐ Aposentadoria
- ☐ BPC
- ☐ Outro(s): _____

25 Qual o valor mensal (estimativa) dos Benefícios sociais?

- ☐ Até 1 salário mínimo
- ☐ Acima de 1 salário mínimo até 2 salários mínimos
- ☐ Acima de 2 salários mínimos até 3 salários mínimos
- ☐ Acima de 3 salários mínimos até 4 salários mínimos
- ☐ Acima de 4 salários mínimos até 5 salários mínimos
- ☐ Acima de 5 salários mínimos até 10 salários mínimos
- ☐ Acima de 10 salários mínimos
- ☐ Prefere não responder

26 Desde quando recebe os Benefícios sociais?

- ☐ Até 1 ano
- ☐ Acima de 1 ano até 5 anos
- ☐ Acima de 5 anos até 10 anos
- ☐ Acima de 10 anos até 20 anos
- ☐ Acima de 20 anos até 30 anos
- ☐ Acima de 30 anos
- ☐ Não sabe

VIII. Estrutura produtiva do estabelecimento

27. Qual o tamanho da estrutura fundiária do estabelecimento (em hectares)?

- ☐ Até 1 hectare
- ☐ Acima de 1 hectare até 5 hectares
- ☐ Acima de 5 hectares até 10 hectares
- ☐ Acima de 10 hectares até 20 hectares
- ☐ Acima de 20 hectares até 30 hectares
- ☐ Acima de 30 hectares até 50 hectares
- ☐ Acima de 50 hectares até 100 hectares
- ☐ Acima de 100 hectares
- ☐ Não sabe

28 Qual a forma de acesso a terra em que trabalha?

- ☐ Própria
- ☐ Cedida
- ☐ Arrendada
- ☐ Outra(s): _____

29 Qual a principal atividade agropecuária desenvolvida no estabelecimento?

- ☐ Cultivo agrícola
- ☐ Criações de animais
- ☐ Pesca/piscicultura
- ☐ Extrativismo

☐ Outra(s): _____

30 Tipos de equipamento que possui no estabelecimento para o desenvolvimento das atividades agrícolas/ agropecuárias?

☐ Equipamentos manuais, como enxada, machados, pá, foice etc.

☐ Arado com tração animal

☐ Trator

☐ Equipamentos de irrigação

☐ Caminhão/caçamba/caminhonete

☐ Outro(s): _____

Apêndice II



Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Educação e da Cultura - SEEC
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN
Campus Avançado de Pau dos Ferros – CAPF
Curso de Ciências Econômicas

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Esclarecimentos

Este é um convite para o/a Sr./Sr.^a participar da pesquisa **“AGRICULTURA FAMILIAR E AS ESTRATÉGIAS DE PLURIATIVIDADE EM PILÕES-RN NO CONTEXTO RECENTE (2017-2025)”** orientada pelo **Prof. BOANERGES DE FREITAS BARRETO FILHO (UERN/CAPF)**.

Essa pesquisa tem como objetivo geral: “Compreender como as diferentes formas de pluriatividade contribuem para a segurança socioeconômica das famílias de agricultores em Pilões-RN, no período de 2017-2025”. E como objetivos específicos: “Identificar as principais atividades agrícolas utilizadas pelos agricultores familiares de Pilões-RN, destacando sua diversidade e frequência; avaliar os impactos econômicos e sociais da pluriatividade na sustentabilidade das famílias agricultoras, considerando fatores como renda, qualidade de vida e permanência no campo; averiguar se a pluriatividade contribui para o fortalecimento da agricultura familiar em Pilões-RN”.

Os dados coletados serão, ao final da pesquisa, armazenados em CD-ROM e/ou caixa arquivo, guardada por no mínimo cinco anos sob a responsabilidade do pesquisador responsável (orientador) no Departamento de Economia (DEC) a fim de garantir a confidencialidade, a privacidade e a segurança das informações coletadas, e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os participantes e o responsável.

O/A Sr./Sr.^a ficará com uma via original deste TCLE e toda a dúvida que o/a Sr./Sr.^a tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente para o pesquisador BOANERGES DE FREITAS BARRETO FILHO na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/RN, Campus Avançado de Pau dos

Ferros – CAPF, no endereço BR 405, KM 3, Arizona, 59900-000 – Pau dos Ferros/RN. Tel.(84) 3351-2560.

Não será efetuada nenhuma forma de gratificação por sua participação. Os dados coletados farão parte do nosso trabalho, podendo ser divulgados em eventos científicos e publicados em revistas nacionais ou internacionais. O pesquisador estará à disposição para qualquer esclarecimento durante todo o processo de desenvolvimento deste estudo. Após todas essas informações, agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Consentimento Livre

Concordo em participar desta pesquisa **“AGRICULTURA FAMILIAR E AS ESTRATÉGIAS DE PLURIATIVIDADE EM PILÕES-RN NO CONTEXTO RECENTE (2017-2025)”**. Declarando, para os devidos fins, que fui devidamente esclarecido/a quanto aos objetivos da pesquisa. Foram garantidos a mim esclarecimentos que venham a solicitar durante a pesquisa e o direito de desistir da participação em qualquer momento, sem que minha desistência implique em qualquer prejuízo a minha pessoa ou a minha família. Autorizo assim, a publicação dos dados da pesquisa, a qual me garante o anonimato e o sigilo dos dados referentes à minha identificação.

Pilões/RN, ____/____/____.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Participante

JOZEANY MAYRIS ARLINDO MIRANDA - Curso de Economia, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Campus Avançado de Pau dos Ferros – CAPF, no endereço BR 405, KM 3, Arizona, 59900-000 – Pau dos Ferros/RN. Tel.(84) 3351-2560.

Prof. BOANERGES DE FREITAS BARRETO FILHO (Orientador da Pesquisa – Pesquisador Responsável) - Curso de Ciências Econômicas, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Campus Avançado de Pau dos Ferros – CAPF, no endereço BR 405, KM 3, Arizona, 59900-000 – Pau dos Ferros/RN. Tel.(84) 3351-2560.